

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2009:** _____

---Aos vinte e quatro dias do mês de Junho do ano dois mil e nove, nesta cidade de Esposende e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de António Fernando Couto dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respectivamente, Manuel Fernando Torres Arezes e Emídio Real de Moraes. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

João Maria de Sousa Nunes da Silva,
António Maranhão Peixoto,
Orlando Martins Capitão,
Manuel Albino Penteado Neiva,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,
Nuno Filipe Cangostas Teixeira Lopes,
Luís Manuel Areia Loureiro Basto,
Manuel Sérgio Miranda Zão,
Carlos Manuel Vasco Afonso Novo,
José Manuel Neiva da Cruz,
António Veiga de Araújo,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
António Pilar Ferreira,
Ana Margarida Ferreira Morgado,
António Luís Faria da Costa Ribeiro,
António Viana da Cruz,
Emílio Moreira dos Santos Dias,
Manuel Fernando Lima Meira Torres,
Mário Ferreira Fernandes,
José Eduardo de Sousa Felgueiras,
José Artur Saraiva Marinho,
António Vendeiro Catarino,
António Benjamim da Costa Pereira,
António Martins Neves,
José Augusto Azevedo Sousa,
António Manuel Amorim dos Santos,
José Maria Losa Esteves,
Jorge Manuel Neto Filipe,
Joaquim Carvalho Rosmaninho e
António Carlos Vieira da Silva.

Não compareceram à sessão os seguintes membros:

António Manuel Rossas Pereira e José Luís da Silva Ribeiro. -----

---Sendo vinte e uma horas e quinze minutos, verificando-se haver “quorum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em representação desta. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas.

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

Intervenção Orlando Capitão, cuja intervenção vai ser transcrita:

“Pensava que era esta a última reunião do presente mandato.

Julgava que a sessão ordinária, prevista por lei para o mês de Setembro, não se viria a realizar por coincidir com períodos de campanha eleitoral - eleições legislativas e autárquicas. Fui, há momentos informado de que essa sessão irá mesma realizar-se. Se assim for, espero não faltar.

Constituíu para mim uma honra e um enorme prazer servir, ainda que muito modestamente, a minha Terra. Fico a dever esse favor à Comissão Política Concelhia do CDS/PP de Esposende, por me ter proposto, e ao povo do concelho por me ter eleito. Foi um privilégio trabalhar com os outros dois elementos eleitos na mesma lista: o Dr. Luís Basto e o António Pilar.

O nosso relacionamento com os membros da Mesa e com os outros membros desta Assembleia - do PSD, do PS e da CDU - foi óptimo. Não me recordo de qualquer incidente menos agradável.

Realço a disponibilidade e ajuda dos funcionários municipais que, durante o mandato, foram incumbidos do apoio a este órgão do Município.

A nossa relação com o senhor Presidente da Câmara Municipal e com os senhores vereadores foi cordial e de franca colaboração.

As posições que assumimos, durante o mandato, tiveram sempre como objectivo o interesse do Município e dos munícipes de Esposende e foram tomadas, em consciência. Quando votamos contra alguma proposta, sempre justificámos a nossa posição e fizemo-lo por entender que a mesma não era a mais favorável para o Município.

Quando nos abstivemos, fizemo-lo por não nos considerarmos suficientemente esclarecidos: ou por não dispormos de documentação suficiente ou por esta nos ter sido distribuída muito em cima da data da reunião, a não dar tempo para a analisar devidamente.

De qualquer modo, foi, para mim, uma honra e um prazer ter voltado a passar pela Casa onde iniciei a minha vida profissional.

Procurei cumprir.

Apesar de ter residência oficial e habitual na vila de Sintra, apenas faltei a uma reunião – a 29 de Dezembro de 2005 - por razões de ordem familiar e porque à data da convocação dessa reunião não consegui alterar um compromisso que tinha assumido. Obrigado a alterar, por vezes, os meus programas, quando convocado, sempre me desloquei à minha terra e procurei fazê-lo a tempo de analisar a documentação distribuída. Tive, com isso, de suportar custos, mas fi-lo com abnegação e com muito gosto.

Parto com a consciência do dever cumprido, mas também com alguma desilusão.

Os grandes problemas, que existiam no início do mandato e que, por diversas vezes, aqui foram abordados, mantêm-se. Alguns até se agravaram. É o caso da barra do Cávado e da erosão da orla costeira do Município. No caso da praia de S. Bartolomeu do Mar, para além de outros problemas, continua a haver vidas em risco.

Continuam também sem utilização e a degradar-se a Estação Rádio-naval de Apúlia e o Forte de S. João Baptista, na Foz do Cávado. Dirão que se trata de instalações que não foram construídas pelo Município nem são dele propriedade. Mas são instalações públicas e estão situadas em território do Município. E ao Município nunca será indiferente o estado em que se encontrem nem a utilização que lhes for dada. Embora, nestes casos, a solução não seja da competência do Município, os responsáveis pela gestão municipal não poderão deixar de insistir oportuna e importunamente, junto do Governo, para que sejam encontradas as soluções mais justas e lhes seja dado o destino mais conforme com as necessidades e pretensões da população local.

Também se falava no início do mandato na necessidade de revisão urgente do Plano Director Municipal, instrumento indispensável para uma boa gestão urbanística. É verdade que a lei sobre esta matéria foi ligeiramente alterada nestes últimos anos. Mas isso não impedia que o processo de revisão prosseguisse e fosse concluído. O PDM continua sem a indispensável revisão geral e respectiva actualização.

Também o Plano Estratégico para o Turismo ficou para as calendas gregas. Estava com curiosidade para ver que proposta iria ser apresentada, até pela experiência que, durante anos, embora noutras paragens, vivi nesse sector.

A desilusão chega, até, a pequenas coisas, de fácil solução. É o caso das placas de orientação – ou melhor, de confusão e de desorientação – colocadas na Estrada Nacional 13, em S. Bartolomeu do Mar e do placar do Parque Natural do Litoral Norte com os oito concelhos do Parque, colocado a norte do Pé no Rio.

Passado todo este tempo, tudo continua na mesma.

Agora, num à parte:

Ao abrir, ao acaso, uma das actas das reuniões da Câmara, os meus olhos depararam na acta da reunião de 16 de Abril último, com uma gralha, que, se não foi ainda corrigida, poderá sê-lo.

No ponto 09, a páginas 10, é transcrito o teor de uma proposta em que o senhor Presidente da Câmara, relativamente à tradicional Visita Pascal aos Paços do Município, determina que seja atribuída determinada importância, a título de donativo, ao Pároco de Santa Marinha dos Anjos. Creio que a centenária paróquia de Santa Maria dos Anjos ainda não mudou de nome. O senhor Presidente da Câmara, na introdução da sua proposta, menciona, correctamente, Santa Maria dos Anjos.

Poderão dizer-me que é uma gralha insignificante, naturalmente devida a um lapso de escrita

do funcionário que elaborou a acta. Mas tudo indica que a acta foi aprovada com essa gralha. E porque quem falha nas pequenas coisas, também pode falhar nas grandes, não ficará nada mal corrigi-la.

Peço desculpa desta nota, que vem completamente fora do contexto desta minha intervenção. Obrigado pela atenção que me dispensaram durante todo o período deste mandato.”

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro, cuja intervenção vai ser transcrita e, durante a qual apresentou uma moção e um voto de protesto, nos termos também infra indicados e cuja votação será posteriormente objecto de discussão e votação:

“Em Agosto de 2005, na apresentação pública dos candidatos da CDU, afirmei, na condição de cabeça de lista à Assembleia Municipal, que era urgente que a CDU voltasse a ter assento neste Órgão. Disse, então, que emergia dignificar a Assembleia Municipal, a qual, na passagem dos anos, era profundamente desprezada pelas maiorias do PSD, bem assim pelos restantes Partidos (PS e CDS - PP). Preconizei, na altura, que a Assembleia Municipal não deveria continuar apagada, esvaída de um sentido e acção crítica e gerida ao sabor dos interesses das maiorias e seus seguidores.

Defendi que este Órgão do Município deveria exercer plenamente as suas competências. Defendi, assim, um Assembleia Municipal, qual farol orientador de uma acção virada para a defesa dos supremos interesses do concelho. Defendi que deveria assumir-se como um Órgão atento, fiscalizador da acção do Executivo Camarário, mas também, como um fórum institucional com uma feição criativa, de propositura, apto a apontar as avenidas do progresso em vez de permanecer nas veredas do atraso. O Povo de Esposende compreendeu a pertinência das posições e propostas, elegendo um candidato da CDU para a Assembleia Municipal.

Com elevado sentido de responsabilidade e ciente dos compromissos assumidos, a CDU tem pautado a sua postura através de uma intervenção permanente. Hoje, praticamente no fim deste mandato, é com grande entusiasmo, grande alegria e orgulho que falamos da nossa acção nesta Assembleia Municipal. A CDU tem sido uma voz firme em defesa dos Esposendenses. Uma voz, grito de alarme, de protesto, de acção e luta. Luta permanente em defesa dos trabalhadores do nosso concelho, desde logo, nos momentos da empresa têxtil Carfer, cuja consequência imediata foi o desemprego para centenas de operárias e operários. A CDU tem sido, aqui, na Assembleia Municipal, a voz firme, coerente e combativa contra a desastrosa política de direita do actual Governo PS. A CDU que se orgulha de nesta Assembleia Municipal ter assumido uma verdadeira acção fiscalizadora da Câmara, tendo para o efeito formulado muitas perguntas ao Presidente do Executivo acerca das mais diversas matérias, bem como apresentado requerimentos sobre vários dossiês. Mas, a voz da CDU, nestes últimos quatro anos, tem sido, igualmente, a voz das propostas orientadas para o desenvolvimento do nosso concelho. Foram muitas e muitas as propostas, moções e recomendações orientadas, todas, na defesa da nossa terra, das suas gentes, orientadas, no fundo, para o desenvolvimento do nosso concelho. A firme e permanente intervenção em defesa da Construção da Barra, a acção persistente da CDU na defesa dos homens do Mar, pela via da criação de melhores condições de trabalho, a limpeza do Rio Cávado na sua zona estuária, a defesa do nosso património natural, paisagístico, ambiental e arquitectónico, as

propostas no sentido do desenvolvimento de mecanismos para aumentar a prestação de cuidados de saúde no domicílio, as posições em defesa da escola pública de qualidade, da implementação da educação pré-escolar na cidade de Esposende e na freguesia de Vila Chã, a defesa dos agricultores, dos jovens, as propostas de criação de novas infra-estruturas na vertente cultural como uma nova Biblioteca e um centro de artes na cidade de Esposende, procurando, assim, erigir um campus de serviços públicos de grande qualidade, a luta abnegada contra o encerramento da Escola Primária das Pedreiras, protesto que a CDU na Assembleia Municipal e fora dela assumiu com grande determinação, permitindo que o POVO, lutando, derrota-se os intentos do Governo PS e a passividade da Câmara, a defesa, continuando uma luta antiga, da recuperação dos moinhos e azenhas de Abelheira, bem como da Necrópole de Fão, acção da CDU contra a destruição do Pinhal de Ofir e da nossa faixa Litoral... É grande, muito grande a listagem das propostas, moções, e recomendações que, enquanto membro da Assembleia Municipal eleito nas listas da CDU, apresentei. Direi que, praticamente, todas as áreas, da educação/ensino à saúde, infância e juventude, urbanismo, ambiente, desporto, património cultural, turismo, funcionamento institucional da Assembleia Municipal e Câmara Municipal, etc., foram, pela CDU, abordadas nesta Assembleia. Perante este trabalho, perante a voz da CDU que foi grito, protesto, proposta e luta, o PSD enquanto força maioritária de suporte ao executivo camarário, optou por chumbar a larguíssima maioria das propostas da CDU. Adoptou sempre uma atitude de mera cegueira política, muitas vezes envolta em preconceitos anticomunistas e elevado sectarismo, atitude que o CDS/PP e o PS, às vezes, seguiram de perto, PS que esteve muito activo, mas na defesa das políticas de direita do actual Governo.

Tenho enquanto eleito da CDU, a plena consciência do dever cumprido e a satisfação de ter estado, a todo o tempo, ao lado dos trabalhadores e na defesa dos interesses da população de Esposende. Procurei desenvolver um trabalho firmado no estudo, na dedicação, no acompanhamento e ligação permanente e estreita às gentes do nosso concelho. Por tudo isto, creio que é justo reforçar a CDU, ampliando, desta forma, esta voz firme e combativa na defesa dos interesses dos Esposendenses.

O trabalho realizado dá-nos confiança quanto ao crescimento da CDU e constitui um motivo e estímulo para, de forma significativa, contribuirmos para o desenvolvimento e progresso do nosso concelho.”

Moção – O Serviço Nacional de Saúde (SNS) completa 30 anos. Defendê-lo é lutar pela realização plena do direito à saúde dos Portugueses.

“O Direito à Saúde universalmente considerado um Direito fundamental da Humanidade. A fruição de um grau mais elevado de Saúde, por parte de todos os cidadãos, é um objectivo social importantíssimo, cuja plena realização é sinal de uma sociedade desenvolvida e condição do seu progresso e prosperidade.

A Constituição da República Portuguesa, saída do 25 de Abril, consagra este princípio, dispondo que incumbe prioritariamente ao Estado assegurar o Direito à protecção da Saúde, através da implementação de um Serviço Nacional de Saúde, Geral, Universal e tendencialmente Gratuito.

Os resultados da criação do S.N.S. medem-se em índices sanitários como a taxa de mortalidade infantil, a esperança média de vida e outros que colocaram o nosso País ao lado de países economicamente mais fortes e à frente de muitos outros.

Ao longo das 3 décadas da sua existência, o S.N.S. tem sofrido as consequências de políticas que, transviando as suas traves mestras e inspiração social, vêm transferindo progressivos encargos para os cidadãos, fazendo dos cuidados de saúde uma mercadoria que se compra e vende e do direito à Saúde em Negócio florescente, comprometendo a concretização desse direito em condições de acessibilidade e qualidade para a maioria da população portuguesa e forjando novos espaços de desigualdade e injustiça social.

A política dos sucessivos Governos do PS, do PSD e do CDS-PP foram progressivamente dando os passos para a transformação da Saúde num grande negócio lucrativo e apetecível para grupos económicos que hoje estão já fortemente implantadas na Área da Saúde.

Com legislação progressivamente mais liberal, com a desresponsabilização do Estado e o encerramento de unidades e serviços, com o encarecimento dos serviços prestados e a criação de um conjunto de taxas de saúde, o agravamento do custo dos medicamentos e a redução da participação do Estado, com a precarização do emprego, a degradação das carreiras e condições de trabalho de muitos dos seus profissionais, o S.N.S. vai perdendo capacidade e qualidade de resposta, distanciando-se dos utentes e empurrando muitos para sistemas de seguros de saúde e entregando ao sector privado muitos serviços de diagnóstico e tratamento, seja através de convenções como de privatizações.

A contribuição de cada português para as despesas de Saúde é cada vez maior e está entre as mais elevadas dentro dos países da União Europeia. De, originalmente gratuito, passando a “tendencialmente gratuito” vai-se tornando tendencialmente mais caro e inacessível, e a filosofia democrática e social, o sentido de solidariedade que subjaz ao S.N.S. está a ficar cada vez mais distante do espírito inspirador de Abril.

Assim, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em 24 de Junho de 2009, considera fundamental, 30 ANOS após a sua criação, continuar a defender o S.N.S., como direito e como obrigação do Estado, tal como o texto constitucional o afirma e como conquista de Abril, a que uma política verdadeiramente democrática se deve voltar a vincular.

A Assembleia Municipal delibera, também, remeter a presente moção aos órgãos de Soberania: Presidente da República, Assembleia da República e Governo, bem como divulgá-la junto dos Esposendenses através do site do Município, do boletim municipal e, também, na comunicação social.”

Voto de Protesto

“1. O Gabinete de Relações Públicas do Município de Esposende submeteu, no dia 05 de Maio de 2009, no Site da Câmara, uma notícia sobre a Assembleia Municipal realizada em 30 de Abril de 2009.

2. À semelhança do que já havia acontecido aquando da apresentação pública da recandidatura de João Cepa para o próximo mandato autárquico, também agora, a Câmara está a utilizar o seu sítio na Internet para se propagandear a si e à Maioria que a suporta, o PSD.

3. Efectivamente, na referida notícia, o Gabinete de Relações Públicas que mais parece o Gabinete de Propaganda da Câmara e do PSD, pago com dinheiro dos contribuintes, abordou

os vários assuntos discutidos na mencionada Assembleia Municipal, referindo apenas a versão, a que lhe interessa, do que se passou em tal reunião.

4. Por exemplo, quanto aos documentos de prestação de contas, nada foi referido sobre as intervenções da oposição.

5. No que concerne às propostas apresentadas, apenas referiu a do PSD, omitindo as dos demais Partidos com assento na Assembleia Municipal. Desde logo, omitiu as duas propostas e três recomendações da CDU, as quais o PSD, por mera cegueira política chumbou.

6. Prosseguindo o seu exercício de Propaganda, na referida notícia o Gabinete de Relações Públicas da Câmara, referiu que “esta sessão ficou marcada pela intervenção, em jeito de reflexão, do Presidente da Assembleia Municipal, sobre o 25 de Abril”. Esta notícia no site demonstrou uma visão unilateral da realidade e assim foi noticiada. De facto, a intervenção do Sr. Presidente da Assembleia foi objecto de uma oposição crítica por parte da CDU, quando, entre outras questões, foi referido ao Sr. Presidente da Assembleia que se ao fim de 35 anos não se cumpriu Abril tal de se deveu ao PSD e PS sozinhos ou coligados, às vezes, também com o CDS. Ora, nada desta intervenção da CDU constou da notícia em apreço.

7. Este silenciamento, no site do Município de Esposende, do trabalho e intervenção dos demais Partidos na última Assembleia Municipal, é um acto politicamente inadmissível e violador dos mais elementares princípios da neutralidade e isenção.

8. É que, mais uma vez, a Maioria política que Governa Esposende utilizou o site do Município como se o mesmo fosse pertença, exclusivamente, do PSD.

Assim, considerando que:

- O site do município deve informar com verdade;

- O respectivo site deve estar ao serviço da população e não ser um “palco” para fazer, de forma vergonhosa e ostensiva, propaganda da Câmara e do PSD;

- Tais práticas são ostensivamente atentatórias da democracia, mas também ilegais e abusivas, A Assembleia Municipal delibera, na sua reunião ordinária, realizada em 24 de Junho de 2009, protestar contra o tratamento discriminatório da oposição no site do Município.

Delibera, ainda, recomendar à Câmara Municipal que, doravante, sejam noticiadas, no site do Município, com rigor, objectividade e isenção, as intervenções de todos os grupos políticos com assento nesta Assembleia.

Interveio seguidamente Losa Esteves tendo referido que admira a convicção com que o deputado Manuel Carvoeiro continua a defender uma ideologia comunista de que, em vários exemplos por esse mundo fora já se verificou ter há muito falido.

Continuando no uso da palavra referiu que os resultados das eleições para o Parlamento Europeu já foram analisados pelos diversos dirigentes de todos os partidos, incluindo o Secretário Geral do Partido Socialista, pessoa que muito admira, e que ficou de facto surpreendido com a votação que o PS obteve nas Marinhas, uma vez que não pensava perder por tantos votos, mas, como referiu, o que mais o surpreendeu foi a intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende, o qual se referiu à Junta de Freguesia de Marinhas com epítetos que se lhe devem aplicar a ele e ao seu executivo camarário. Continuando desafiou o senhor Presidente da Câmara a apresentar exemplos de boicote por parte da Junta de Freguesia de Marinhas à actividade da Câmara Municipal, tendo ainda afirmado que o senhor Presidente da Câmara mente quanto a esta e outras afirmações que faz a respeito da Junta de Freguesia de Marinhas.

Intervenção seguida de Penteados Neiva cuja intervenção vai ser transcrita:

“Não queremos de forma alguma fazer aqui o balanço das últimas eleições para o Parlamento Europeu. Também não vamos alinhar na máxima que o Partido Socialista - agora - tanto gosta de enfatizar que elas “valem o que valem”. Antes, quando o PS conseguiu 12 Deputados europeus foi uma estrondosa vitória e um reforço do Partido Socialista no âmbito da política nacional. Agora, que o mesmo Partido Socialista, conduzido por José Sócrates, perdeu em toda a escala nacional - ganhou em dois distritos e o de Lisboa por uma margem mínima de 0,5%, estas eleições não suscitam qualquer leitura e delas não deve inferir o que for. Mas Sócrates, lá no fundo, sabe que lhe foi retirada a confiança política, que lhe foi dito claramente que é mau governante, que não sabe, ou não quer, ouvir o País e, acima de tudo foi-lhe dito que a sua política caducou e está fora de prazo.

Mas destas eleições também se retiraram outros dados e conclusões, também preocupantes, e que se prendem com o facto de ter sido descoberto – casualidade ou não – que as sondagens são altamente manipuladas e está é, certamente, a razão porque José Sócrates e o seu Governo aparecem constantemente nas preferências dos portugueses.

De facto a realidade é bem diferente e as urnas não mentem.

Para esta Assembleia procurei reflectir sobre a acção do Governo nestes últimos tempos. Não foi difícil mas, sublinho, por vezes e ao ler depoimentos de figuras públicas até duvidava que algumas delas militassem no próprio Partido Socialista.

As vozes críticas e que apontam o desnorte deste governo vêm de todos os sectores da sociedade portuguesa – da Cultura, do Ensino, da Investigação, da Economia, da Saúde. Por quanto tempo vamos aguentar este barco à deriva?

Ficamos atónicos ao ouvir figuras históricas do Partido Socialista a pedir – quase de joelhos – para que Sócrates altere o seu comportamento e as suas políticas. A pedir urgência na remodelação de algumas pastas ministeriais. Já não bastava a oposição – certa da realidade do País – para agora serem os próprios correligionários a deixarem cair a toalha ao chão. Quase me atrevo a questionar Sua Excelência o Sr. Presidente da República se esta instabilidade social e económica do País não é motivo forte para que tome atitudes. Outros, na sua função o fizeram e, quanto a nós, por muito menos.

Já não acreditamos que tudo isto é fruto de uma conjuntura internacional negativa. O nosso País mergulhou no caos porque este Governo não foi capaz de concertar políticas, definir prioridades, antes embarcou em megalomanias que, aliás, definem e reflectem o carácter e a pessoa do próprio Eng. José Sócrates.

Não faltam sociólogos por este País fora – alguns de renome internacional e até próximos da família Socialista – a mostrarem preocupações com o estado das pessoas em Portugal. Com a apatia que se generalizou na população portuguesa. São muitos os que, publicamente, já dizem que Portugal está sem rumo, sem estratégia. Em Portugal nunca se falou tanto no Banco Alimentar contra a fome como se fala actualmente. Porquê? Será que todos os pobres da Europa caíram cá em Portugal? Não. Na verdade, nós estamos francamente mais empobrecidos, mais carenciados e o fosso entre os mais ricos e os mais pobres é cada vez maior. Desapareceu a classe média. As famílias endividaram-se assustadoramente. O desemprego é brutal, as famílias sentem-se desesperadas.

Perante esta realidade, oferecem-se computadores a torto e a direito – nisso somos os primeiros da Europa, engana-se o isolamento das pessoas com oferta de telemóveis, torneiam-se os índices de analfabetismo com diplomas fáceis. Adquirem-se viaturas especiais para despiste do HIV à porta das escolas, e assistimos ao disparate de ninguém querer assumir o que de facto foi pedido aos técnicos de saúde por elas responsáveis – uns dizem que não era esse o propósito, outros, do mesmo governo, vem afirmar que sim e que é muito útil esse rastreio. Entendam-se pelo menos uma vez, ou publicamente tentem disfarçar.

A segurança do País é o que se vê – o crime aumenta exponencialmente, principalmente o de recorte violento. Aliás quem o diz é o próprio Presidente do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo.

Uma das melhores definições do estado a que a nação portuguesa chegou foi dado pela escritora Lídia Jorge que disse, e passo a citar “Portugal está a passar momentos dolorosos”. Tudo se baralhou neste País, começando pela própria atitude dos Governantes. Ninguém tem a certeza de nada, do que vai ou não ser feito, se o que se projecta e promove vai ser cumprido. O que melhor se vislumbra do discurso é que quem vier atrás que feche a porta.

- No Ensino.

Sem dúvida que é necessário reformar o estado do ensino em Portugal. É necessário repensar a Escola e as Políticas Educativas como disse o Prof. Catedrático Carlos Fiolhais. Essa reforma jamais poderá acontecer ignorando os agentes educativos, promovendo a desorientação da comunidade escolar – Encarregados de Educação, Alunos e Professores. Se há dúvidas quanto à incompetência da Ministra da Educação e dos seus Secretários de Estado, ouça-se o Sr. Primeiro Ministro, usando de uma desfaçatez incrível, fazendo “meã culpa” e afirmando publicamente que, se fosse hoje, não implementaria as reformas do ensino como foram feitas, sem serem aferidas, e ouviria com mais atenção os Professores. De certeza que alteraria muitos dos articulados, impostos à força e sem a mínima sensatez. Perguntamos nós:

- Onde está o Sr. Primeiro Ministro arrogante, de nariz empinado, douto em palavras, que em todo o lado afirmava que manifestações com mais de 150.000 profissionais era obra de “rapaziada em desnorte”, manipulada por sindicatos e partidos políticos? Será que o Eng. Sócrates, afinal, compreendeu o último resultado eleitoral? Porque baixou o tom de voz e baixou o seu nariz empinado? Que bonito é ver o Sr. Primeiro Ministro afável com os jornalistas e até os deixa fazer perguntas que ficam com meias respostas.

- Na Economia.

As más notícias vem da Europa. O PIB português desceu de 2,2% para 1,5%. Curiosamente, estudos de inquérito realizados em Maio último, apontam para 77% dos portugueses que consideram a economia portuguesa muito má e é o próprio Victor Constâncio, Governador do Banco de Portugal, quem afirma que 2009 será o pior desempenho da economia portuguesa desde 1975.

O estado da economia em Portugal não deixou de ser altamente criticado por um colégio de especialistas, de reconhecido mérito, desta área quando recentemente afirmaram que Portugal não pode continuar a viver aos soluços. Foram 28 os economistas que pediram publicamente ao Governo “para fazer a reavaliação dos grandes investimentos públicos”, nomeadamente no sector dos transportes e não deixa de ser curiosa a posição de Reis Campos – Presidente da Federação Portuguesa da Indústria, Construção e Obras Públicas – quando disse a um órgão de comunicação social que “Portugal continua à espera que as campanhas eleitorais se concluam”. Refere-se, naturalmente, às visitas e deslocações dos Membros do Governo que,

por esse País fora tudo prometem e pouco se vê no terreno. Disse ainda que Portugal é um País sem rumo e credibilidade.

-Na Saúde.

Sendo este um tema que preocupa a população portuguesa em geral, são, no entanto, os profissionais da área quem mais tem alertado para problemas como, por exemplo, a demasiada concentração dos serviços, o fecho de serviços necessários e de proximidade à população, usando para justificar essas opções razões puramente economicistas. Esta reforma da saúde jamais deveria ser feita sem que primeiro fosse pensado um melhor e mais eficaz serviço de saúde. Onde param os programas de choque destinados a acabar com as listas de espera nos hospitais? Quais as fronteiras entre o Serviço Privado e o Público?

É vulgar ouvir-se que o Serviço nacional de Saúde está doente. Quanto se vai dar hipótese ao doente de escolher o serviço de saúde que mais lhe convém? Porque razão teima o Governo em hostilizar, também aqui, os profissionais da área?

- Na Justiça.

Sendo um dos pilares fundamentais de um estado democrático, esta funciona de uma forma lenta e desajustada. Burocratizaram-se os procedimentos, são visíveis os conflitos entre Magistrados, procuradores e Advogados. Todos vêm para a praça pública discutir temas internos. O Ministério sacode a água do capote e diz que não quer interferir noutros órgãos de soberania. É a forma fácil de deixar correr o barco. Em quem vamos acreditar?

Gostariamos de fazer alguns comentários às áreas da Cultura e do Ambiente. Quanto à primeira é um pouco complicado pois, se calhar, nesta sala poucos saberão o nome do Ministro que tutela a Cultura quanto mais saber o que ou não tem feito. Sabemos através de um texto de Manuel Maria Carrilho – ex - Ministro da Cultura do Governo Socialista, que este critica severamente as políticas culturais deste Governo. Fala, entre outras coisas, na “invisibilidade do Ministro da Cultura”. Esta falta de visão cultural justifica, certamente, os parcos 0,3% que nela se gasta do Orçamento Geral do Estado. A cultura está a perder o seu espaço.

Sobre o Ambiente que dizer?

O panorama não é nada animador. Quando não se sabe empurra-se para o vizinho. Esta é a atitude tomada pelo actual Ministério. Ora aparece, ora desaparece consoante haja ou não polémica pelo meio. As denúncias a atentados ambientais sucedem-se.

Curiosamente em 1 de Junho de 2009 reuniu a Secção de Ambiente do Partido Socialista e numa conferência intitulada “Os grandes desafios do Século XXI para o Ambiente” chegou-se a propor que, e cito “O Ministro da Cultura deveria assumir a pasta do Ambiente”.

Depois do Sr. Engenheiro José Sócrates ter deixado cair e abandonado a máxima “A Europa é vital” gostaríamos, deste lugar, de lhe lembrar que, pelo menos nesta fase final do seu devaneio político se lembre que, para nós, Portugal é Fundamental.”

Interveio seguidamente João Nunes cuja intervenção vai ser transcrita:

“1 - Não poderia deixar passar o momento, sem uma referência às intervenções proferidas em Forjães, no passado Sábado, aquando da inauguração das obras de requalificação da Avenida de Santa Marinha.

Confesso que fiquei surpreendido, com tanto agradecimento dirigido aos técnicos, aos projectistas, aos engenheiros, e, até se agradeceu ao senhor construtor. Fica sempre bem, um

bem-haja ao senhor construtor. Naturalmente tudo gente benemérita, apesar de a obra ter custado cerca de 600 mil euros.

Gostamos daquela referência a alguém, que “trabalhou como um mouro”, embora o visado, não aprecie tal alusão, porque o homem tem muito orgulho em ser “dragão”. Provavelmente, foi o único que trabalhou de borla.

Apreciamos aquele número surpresa, que cai sempre bem na plateia, quando se tira um coelho da cartola, em que só o Senhor Presidente da Câmara é conhecedor. Desta vez, saiu a requalificação das margens do Neiva, no âmbito do Programa Polis.

Pela exuberância da boa nova, ficamos com a certeza que aquela ideia de abandonar o nosso Polis, está posta de lado. Ainda bem, Senhor Presidente.

Coelhinho idêntico, retirado de uma outra cartola, no passado 30 de Abril nesta Assembleia Municipal, sacou o Senhor Presidente da Câmara quando ao microfone deste púlpito, anunciou que a Administração Central, o Governo do Partido Socialista, indeferira a criação de um Gabinete de Inserção Profissional, no nosso Concelho, por entender, e passo a citar o Senhor Presidente da Câmara que “Esposende não é uma prioridade”.

Mais uma vez, a culpa é atribuída a terceiros.

Ora aquela afirmação, apenas íntima do Senhor Presidente da Câmara, facilmente se comprova não corresponder à verdade, pois é do conhecimento público que o tal G.I.P.- Gabinete de Inserção Profissional, existe em Esposende, através da aprovação da candidatura apresentada pela ACICE -Associação Comercial e Industrial de Esposende.

Mais uma vez concluiremos, da falta de tacto político do Senhor Presidente da Câmara, para resolver coisas tão simples, como obter um GIP. A diferença está, em ter ou não ter mãos para o volante.

2 – Depois do desvario que foi gastar milhares e milhares de euros nas folias musicais do ano passado, tudo indica que este ano, o caminho será semelhante.

Para já, e apenas com um grupo musical contratado, acrescido de encargos com o concerto do Tony, a Câmara já assumiu compromissos de 55 mil euros. E a procissão ainda agora se iniciou.

Mas se, neste momento, verificarmos a execução dos planos do Município, nas rubricas, Apoio a Instituições de solidariedade social, Projecto Municipal de Luta contra a pobreza, Centro Educativo de Fão, no Centro Educativo de Marinhãs, no Jardim-de-infância de Forjães, na Habitação Social de Apúlia, na Habitação Social de Curvos, no Plano de Valorização Turística dos Moinhos da Abelheira, e em tantos outros projectos, constatamos que, até 19 de Junho, não foi aplicado um cêntimo sequer.

Não somos contra o divertimento, mas nos dias de hoje, é preciso atender às prioridades do Concelho. Moderação é a palavra de ordem, pois são dinheiros públicos que estão em jogo.

Também não queremos acusar o Executivo camarário, porque seria injusto, que estes gastos apenas se verificam por razões meramente eleitoralistas.

Não. Não diremos isso.

Diremos apenas que este regabofe corresponde a um inalterável e insaciável apetite para continuar a gastar mal os dinheiros do Município.”

Intervenção seguida de Mário Fernandes cuja intervenção vai ser transcrita:

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa; Senhor Presidente da Câmara Municipal; Senhores Vereadores; Caros Colegas; Estimado público;
Como nota prévia começo por dizer que ao contrário de alguns colegas, não venho preparado nem para louvar a Mesa pelo excelente funcionamento desta Assembleia, por estar absolutamente convencido da realização de uma última sessão a realizar em Setembro, nem me venho despedir, porque como sabem sou recandidato à Presidência da Junta de Freguesia de Curvos e conto por isso voltar a merecer a renovação da confiança da grande maioria dos Curvenses e assim continuar a pertencer a esta Assembleia no próximo mandato.*

A minha intervenção visa essencialmente três questões:

A primeira é para felicitar a Câmara Municipal pelo 1º Prémio Nacional "Cidade Excelência" recentemente obtido, pelo projecto de requalificação da zona ribeirinha lado norte, bem como pela recente instalação de equipamentos de ginástica e manutenção física, instalados ao longo da Avenida marginal em espaços ajardinados e propícios à prática desportiva.

Aproveito para felicitar e louvar a intervenção da Câmara com a realização de uma pequena grande obra realizada na cidade de Esposende, mais concretamente no cruzamento da Rua da Senhora da Saúde com a Rua Eng.º Custódio José Vilas Boas, com a colocação de uma passadeira sobrelevada para peões que obriga os condutores a reduzir a velocidade, acabando-se assim com acidentes quase semanais que aí se verificavam e que assim deixarão de existir, poupando-se danos físicos e materiais e até mesmo vidas humanas.

Termino com um pedido ao Senhor Presidente da Câmara para que a Câmara Municipal assuma a liderança administrativa do processo de legalização de poços e minas em todo o concelho, e em parceria com as Juntas de Freguesia, uma vez que se trata de um processo bastante burocrático, criado pela actual Lei, aprovada pelo Governo central. Esta Lei foi aprovada, mas não foi devidamente publicitada e veio a verificar-se que quando haveria de entrar em vigor não existiam condições para isso, levando o Governo a prorrogar o prazo para a legalização dos poços por mais um ano, devendo esse prazo terminar no mês de Maio de 2010.”

Interveio seguidamente Maranhão Peixoto cuja intervenção vai ser transcrita:

“Num momento em que se projectam e perspectivam dois movimentos eleitorais, o das legislativas e o das autárquicas, vemos caminhar para o seu término a 10.ª Legislatura da nossa III República e o findar de acção do XVII Governo Constitucional.

Se atendermos, como se nos é muito bem exigido, num prévio balanço da postura e comportamento do actual governo, apoiado na maioria parlamentar de coloração rosa, para com o nosso município, enunciamos e, brevemente, reforçamos o seu esquecimento perante seculares anseios, promessas e desempenhos contratados e, infelizmente, nunca cumpridos.

Uma vez mais a barra da foz do Cávado fica à espera de melhores dias. O anúncio de mais e mais estudos é já fastidioso pela sua recorrência. E cada visita de gente do governo, incluindo mesmo as de colarinho sem gravata, revela-se de mais um marcar passo ou de recuo perante a solução há tanto tempo reivindicada. Até a fluvina se começa a transformar num charco pestilento.

O desprezo, a marginalização objectiva e o atropelo consciente feito a este supremo órgão autárquico e ao executivo municipal pelo Ministério do Ambiente, através do ICNB, I. P. – Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Instituto Público, durante a

elaboração do Regulamento do Plano de Ordenamento e Gestão do Parque Natural do Litoral Norte, é do conhecimento geral. Por seu turno, o Polis Litoral tarda em arrancar e a erosão costeira, além de se agravar, compromete, quotidiana e aceleradamente, a oferta turística das nossas praias e todo o empreendedorismo balnear.

Os acessos de Forjães à A28 ficaram na gaveta. Em contrapartida, noutra gaveta quer o governo colocar o bolo da colecta das portagens, cuja colocação na mesma via não para de ameaçar.

No espaço da antiga Rádio Naval em Apúlia impera a degradação. É um cartão de visita muito mau para o município e, apesar de ser território municipal, não tem sido possível fazer nada para o alterar, pois, a decisão continua em Lisboa. E quanto ao Forte de S. João Baptista, registe-se, o governo em Lisboa só o soube pôr à venda em Diário da República.

Por fim, é lamentável o chumbo cego e político, pela segunda vez, da candidatura do Projecto Urbi-Esposende com o argumento de que não tem mérito suficiente. Enquadrado no Programa de Parcerias para a Regeneração Urbana contempla a Requalificação Urbana da Zona Central de Esposende e dos Bairros da Sozende, do Outeirinho e da Visconda, Deslocalização Empresarial, Mercado Municipal, Centro de Segurança Pública, Reabilitação do Bairro Social de Esposende, Recuperação de Habitações Degradadas, Domus Social, Requalificação do Centro Social da Juventude Unida de Marinhãs, a criação do Espaço Jovem Norte no Futebol Clube de Marinhãs e do Espaço Jovem Sul na Associação Desportiva de Esposende, bem como o Parque das Gerações, a Requalificação da Igreja da Misericórdia e a Instalação do Museu Marítimo de Esposende.

Como verificamos, este projecto incide somente em duas freguesias, Esposende e Marinhãs, lideradas pelo partido do Governo. E esse mesmo Governo, com grande desaforo, não teve qualquer consideração ou apreço pelos seus autarcas, nem pelos dirigentes do partido a nível local.

Esta insolente atitude da governação não pode ser esquecida. Deve ser reavivada e devidamente sancionada nos actos eleitorais que se aproximam, pois, quem não se sente não é filho de boa gente!”

Interveio seguidamente Pedro Saleiro que, a propósito das intervenções anteriores, disse que o Polis Litoral já arrancou e que o Estado já depositou a sua quota parte do capital social da sociedade, por tanto, em seu entender, não é por culpa do Governo que existem, se existem, atrasos no programa.

Disse ainda que o Forte de S. João Batista não está colocado numa lista de prédios a alienar pelo Estado, está sim integrado numa lista de prédios cuja desafecção para fins militares foi autorizada e, por essa via, foi autorizado ao Ministério das Finanças que proceda à sua correcta afectação, incluindo a eventual possibilidade de alienação, se se vier a entender que essa é a melhor forma de gerir aquele património.

Continuando no uso da palavra disse que o discurso de Penteadó Neiva mostra que se pretende voltar ao discurso da tanga, discurso este que, em seu entender, cauciona o cartaz do PS que refere que o PS combate a crise e os outros combatem o PS:

Disse ainda que o programa de gestão das listas de espera nos hospitais está em curso e com muito bons resultados.

Referiu que a turbulência que existe na Justiça é mais um problema de guerras entre corporações e na qual o Governo não deve interferir. Ao mesmo propósito referiu que o PS

teve a coragem de introduzir alterações no Código do Processo Penal que visaram, também proteger o arguido e não podemos esquecer que, todos e qualquer um de nós se pode ver um dia injustamente constituído arguido e não pode estar largos anos à espera que seja feita justiça, embora defenda que, de facto, se deve ter muito cuidado com as questões processuais que podem eventualmente não acautelar a posição das vítimas. Ainda a este propósito referiu que foi o PSD quem rompeu com o pacto da justiça que poderia trazer melhorias nesta matéria. Continuando no uso da palavra disse ainda que o PSD foi contra o aumento do salário mínimo nacional e contra o Orçamento de Estado que previa um aumento do abono de família. Disse ainda que a reforma do divórcio que o PS teve a coragem de introduzir veio permitir que se evitassem exposições desnecessárias das partes em tribunal. Mais referiu que o que está escondido neste discurso da tanga do PSD é o corte cego nas despesas.

Interveio seguidamente Ana Morgado que lhe custa calar e aceitar a interpretação que erradamente tem vindo a ser dada aos resultados das eleições para o Parlamento Europeu, uma vez que não tem dúvidas de que os portugueses sabiam perfeitamente para que era este acto eleitoral.

Continuando no uso da palavra disse que era bom que todos os partidos com assente nesta Assembleia olhassem para os seus quadros e não se esquecessem de cumprir com a lei da paridade.

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal tendo dito que, após reflexão, pretende aqui anunciar publicamente que aceitou o convite que lhe foi endereçado pelo PSD para encabeçar a lista do PSD à Assembleia Municipal de Esposende no próximo acto eleitoral.

Disse ainda que aceitou porque em toda a sua vida pública e política esta foi uma experiência extremamente rica.

Mais disse que tem de agradecer a forma e a cultura democrática com que todos os membros desta Assembleia encararam este mandato e a forma digna com que representaram o povo de Esposende.

Disse também que, apesar de tudo, sai com um amargo de boca uma vez que sente que deveria ter ido mais longe. Sente que não deveria ter sido tão crente quando a Administração Central impôs o Regulamento do PNLN; Que não deveria ter acreditado nas promessas que lhe foram feitas pela Administração Central no processo da barra; Que não deveria ter sido tão crente quando lhe deram garantias de uma outra solução relativa ao prédio da Estação Rádio Naval, e o mesmo se diga quanto à distribuição de verbas do QREN.

Por todas estas razões, porque entende que pode e deve usar a sua influência junto do poder central e porque deve contribuir para o desenvolvimento do concelho de Esposende e porque pretende integrar um órgão que possa lutar activamente pela regionalização, aceitou o convite que lhe foi endereçado pelo PSD.

Sendo vinte e duas horas e trinta minutos foram interrompidos os trabalhos.

Sendo vinte duas horas e quarenta minutos foram reiniciados os trabalhos, encontrando-se ainda ausente Emídio Real.

Colocada à discussão e votação a Moção apresentada por Manuel Carvoeiro, FOI A MESMA REJEITADA COM 32 VOTOS CONTRA E 1 VOTO A FAVOR.

O Partido Socialista apresentou a seguinte declaração de voto: “O PS é um acérrimo defensor do Serviço Nacional de Saúde, contudo, atendendo aos pressupostos da Moção apresentada, não pode concordar com os mesmos e, por essa razão, terá de votar contra.”.

Passou a integrar os trabalhos Emídio Real.

Colocada à votação o Voto de Protesto apresentado por Manuel Carvoeiro FOI O MESMO REJEITADO COM 23 VOTOS CONTRA, 8 VOTOS A FAVOR E 3 ABSTENÇÕES.

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Foi presente a informação escrita do Presidente da Câmara, da qual já havia sido distribuída cópia a todos os membros da Assembleia Municipal.

Aberto o período de questões sobre a informação,

Interveio Manuel Carvoeiro, tendo questionado o senhor Presidente da Câmara sobre a razão pela qual ainda não recebeu os trabalhadores da SUMA, os quais já lhe solicitaram audiência há muito tempo.

De seguida perguntou se a intervenção que está a ser levada a efeito no sopé do Monte do Faro está licenciada.

Continuando, referiu que em tempos o senhor Presidente da Câmara disse que ia ser pedido à Direcção Hidrográfica do Norte que se pronunciasse sobre a qualidade das águas das praias de Esposende que não receberam este ano a Bandeira Azul, pelo que pergunta se esse pedido já foi efectuado.

Questionou ainda se o senhor Presidente reitera a afirmação que fez quanto ao facto de as verbas que se encontram inscritas no relatório de contas como actividades de enriquecimento curricular em jardins de infância de IPSS se deverem a acordos com aquelas instituições para que possam facultar técnicos seus para suprir as faltas de professores naquelas actividades.

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Câmara, tendo referido que a generalidade dos problemas do concelho que foram elencados pelo deputado Orlando Capitão, ainda subsistem por falta de actuação do Governo.

Disse ainda que não devem ser efectuadas acusações ao Gabinete de Relações Públicas da Câmara uma vez que a responsabilidade pelos textos que são publicados é exclusivamente sua e não dos profissionais que ali trabalham.

Continuando no uso da palavra disse que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marinhas, na sua intervenção se terá referido ao Presidente da Comissão Política do PSD de Esposende e ao cidadão João Cepa, razão pela qual, estando aqui na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, não vai usar este fórum para lhe responder.

Disse ainda que tem notado a presença de representantes de outros partidos que não só o PSD nas inaugurações que a Câmara Municipal tem levado a efeito, tendo inclusive notado que são tirados apontamentos dos discursos que profere e, pese embora seja de louvar essa presença,

lamenta que só ocorra em época eleitoral e, sobretudo, que não se fale da obra em si mesma mas antes dos defeitos que possa ter ou do momento da sua execução.

Disse ainda que, quanto ao GIPE ainda não tinha sido dado conhecimento do mesmo à Assembleia Municipal, contudo, não pode deixar de lamentar o sectarismo, a perseguição política e o boicote do Governo a todas as iniciativas da Câmara Municipal de Esposende, bastando para tanto verificar que, perante uma proposta da Câmara Municipal e a de uma entidade externa, mesmo que esta seja posterior, o Governo não teve qualquer dúvida em qual deveria aprovar, pese embora seja fique extremamente satisfeito com a sua criação dado que pode e deve ser uma oportunidade para os desempregados do concelho de Esposende.

Referindo-se à questão da legalização dos poços, disse que a Câmara Municipal, tal como já tem feito até agora, vai continuar a apoiar as Juntas de Freguesia na parte administrativa da questão.

Mais disse que o deputado Pedro Saleiro não deve esquecer que o Governo depositou uma parte do capital que lhe era devido na sociedade Polis Litoral, mas só o fez relativamente ao valor devido em 2008 e no final do ano, uma vez que lhe seria incomportável fazê-lo no ano de 2009. Disse ainda que a Câmara Municipal de Esposende só transferirá dinheiro para esta sociedade se e quando os fundos comunitários forem assegurados, se e quando os projectos forem aprovados e quando as obras se iniciarem e for necessário proceder ao seu pagamento, como de resto se compreenderá, uma vez que não seria gerir bem os dinheiros públicos efectuar depósitos sem se saber ao certo se e quando vão ser necessário e aplicados.

Ainda sobre a posição do Governo relativamente à Câmara Municipal de Esposende, referiu que basta verificar que faz no mês de Julho um ano que a Câmara Municipal instruiu junto do Governo o pedido de Declaração de Utilidade Pública do Centro Educativo de Fão e, até hoje, não obteve qualquer tipo de resposta.

Continuando no uso da palavra disse que o Plano Estratégico de Turismo está praticamente pronto, tendo sido somente pedidas algumas correcções de pormenor, pelo que, muito em breve será apresentado.

Relativamente à reunião com os trabalhadores da SUMA, disse que o deputado Manuel Carvoeiro anda mal informado, até porque já reuniu com todos e cada um durante uma tarde inteira.

Referiu ainda que vai mandar averiguar o assunto abordado e relativo ao Monte do Faro.

Quanto à bandeira azul disse que as candidaturas, pese embora o custo seja totalmente suportado pela Câmara Municipal, são efectuadas conjuntamente por várias entidades, como a Câmara, a CCDRN, a Delegação de Saúde e o PNLN, e existem imensos critérios que têm de ser observados, um dos quais é que das análises efectuadas à água no ano anterior nenhuma delas possa ter como resultado de aceitável, ou seja, por incrível que pareça, mesmo que a qualidade da água no ano da candidatura seja excelente, basta que, no ano anterior tenha havido um resultado de aceitável para já não ser possível a candidatura, razão pela qual algumas praias nem sequer foram candidatas. E disse ainda que, ao que parece, a qualidade da água destas praias está a ser afectada pela qualidade da água proveniente do Rio Cavado, razão pela qual foi pedido esse estudo, pese embora ainda não tenha havido uma resposta formal.

Relativamente às verbas que constam do relatório de contas e objecto da questão do deputado Manuel Carvoeiro referiu que reitera tudo o que foi dito na última Assembleia Municipal.

Referindo-se ao URBI, disse que é um programa exclusivamente para as cidades, daí a

abrangência da candidatura se resumir à área de influência da cidade de Esposende, contudo, e por mais estranho que possa parecer, quando todos afirmavam que a candidatura de Esposende era excelente, é a Câmara notificada de que há a intenção de indeferir a mesma por alegadamente não ter mérito, intenção esta que já foi contestada, aguardando-se decisão, pese embora tenha sérias dúvidas quanto à real apreciação das candidaturas, até porque sabe de pelo menos um caso em que a candidatura foi aprovada e quando foi apresentada despesa foi negado o pagamento porque a intervenção, que havia sido incluída na candidatura e esta aprovada, não se inseria no âmbito de aplicação do programa.

Interveio seguidamente João Nunes questionando da razão pela qual o senhor Presidente da Câmara não respondeu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marinhas, tendo o senhor Presidente da Câmara dito que as questões que foram colocadas não foram dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Esposende, razão pela qual, estando aqui nessa qualidade, não pode, nem deve, ser este o local para lhe responder.

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

De seguida, entrando-se no período da ordem do dia, foram apreciados e votados os seguintes assuntos, constantes da agenda de trabalhos: -----

03.01 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2009 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia trinta de Abril e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 27 VOTOS A FAVOR, APROVAR A ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO.

Verificaram-se 7 abstenções por, conforme todos declararam, não terem estado presentes. -----

03.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

03.03 – REGULAMENTO MUNICIPAL DAS FEIRAS DO CONCELHO DE ESPOSENDE - PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 20 de Maio de 2009, solicita à Assembleia Municipal que aprove o Regulamento Municipal das Feiras do Concelho de Esposende. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O REGULAMENTO EM CAUSA, BEM COMO REMETER O MESMO À CÂMARA MUNICIPAL PARA EFEITOS DE PUBLICAÇÃO. -----

03.04 – REGULAMENTO MUNICIPAL DA ACTIVIDADE DE TRANSPORTE DE ALUGUER EM AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 20 de Maio de 2009, solicita à Assembleia Municipal que aprove o Regulamento Municipal da Actividade de Aluguer em Automóveis de Passageiros. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O REGULAMENTO EM CAUSA, COM A SEGUINTE CONDIÇÃO SUSPENSIVA:

- QUE A CÂMARA MUNICIPAL ALTERA A REDACÇÃO DA ALÍNEA A) DO Nº 2 DO ARTIGO 37, PASSANDO A CONSTAR “a) O incumprimento de qualquer uma das disposições imperativas previstas no artigo 8º.”, BEM COMO QUE O ANEXO I AO MESMO REGULAMENTO PASSE A TER COMO CONTINGENTE 10 LUGARES NO LARGO RODRIGUES SAMPAIO, 1 LUGAR NA RUA DR. QUEIRÓS DE FARIA E 3 LUGARES NA ESTAÇÃO CENTRAL DE CAMIONAGEM. -----

03.05 – REGULAMENTO MUNICIPAL PARA GESTÃO DE RESÍDUOS VERDES - PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 20 de Maio de 2009, solicita à Assembleia Municipal que aprove o Regulamento Municipal para a Gestão de Resíduos Verdes. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período da discussão do presente assunto interveio João Nunes tendo dito que este Regulamento lhe fez lembrar um mail que em tempos o senhor Presidente da Câmara lhes enviou onde era dito que era um autêntico roubo o valor que era cobrado por uma entidade da Administração Central pela simples emissão de um parecer e, agora, verifica que os valores que constam deste regulamento a título de coima, comparados com o custo daqueles pareceres, constituem um roubo ainda maior.

Interveio o senhor Presidente da Câmara tendo dito que gostaria que a Câmara Municipal nunca recebesse um único cêntimo a título de coima, o que era sinal de que o regulamento estava a ser cumprido, tendo ainda dito que não pode ser comparado o custo de um parecer que é obrigatório, com o valor de uma coima que só é aplicada a quem não cumprir com as normas em vigor.

Colocado o assunto à votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 27 VOTOS A FAVOR E 7 ABSTENÇÕES, APROVAR O REGULAMENTO EM APREÇO, BEM COMO REMETER O MESMO À CÂMARA MUNICIPAL PARA EFEITOS DE PUBLICAÇÃO.

03.06 - ASSUNTOS DIVERSOS DE CARÁCTER GERAL: _____

Não se verificaram quaisquer intervenções. -----

04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, não se tendo verificado qualquer inscrição. -----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por UNANIMIDADE DOS PRESENTES. -----

---Sendo vinte e três horas e quarenta minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ESPOSENDE**

**MINUTA DA ACTA
Nº 03/2009**

**SESSÃO ORDINÁRIA
24 de Junho de 2009**